

Casarão em ruína é alvo de furtos no Comércio

Tribuna da Bahia
data: 14/12/2016
caderno: Cidade, pg 07

ALBENÍSIO FONSECA
REPÓRTER

Embora tornado de interesse público pela Prefeitura, em setembro de 2015, o casarão dos azulejos azuis, na Praça Cayru, próximo ao elevador Lacerda, ainda não foi desapropriado pela Municipalidade. Processo nesse sentido permanece em tramitação na Sefaz-Secretaria Municipal da Fazenda. Com suas 60 janelas frontais e 24 nas duas laterais, a edificação integra o conjunto arquitetônico do bairro do Comércio tombado pelo Iphan em 2008, mas encontra-se sob sério risco de desabamento.

O propósito da Prefeitura é convertê-lo em um Museu da Música. Em 2012, o então governador Jaques Wagner chegou a anunciar intervenção urbana, com recuperação do casarão, em toda a área da Praça Cayru, mas tudo o que se vê são ruínas sustentadas por escoras, em cenário de total degradação. Em 2014, o prefeito ACM Neto também anunciou intervenção naquele trecho, mas ações permanecem pontuais.

Na semana passada o secretário de Cultura, Érico Mendonça, esteve na Cofix-Comissão de Financiamentos Externos, instância do Ministério do Planejamento, a fim de obter autorização para contrair empréstimo de R\$ 40 milhões junto ao BID-Banco Interamericano de Desenvolvimento visando à recuperação daquele patrimônio arquitetônico e sua conversão em Museu da Música. Um mesmo montante está previsto como contrapartida do Município para fechar os R\$ 80 milhões previstos para a obra. A Cofix, cujas reuniões eram mensais, agora tem encontros quadrimestrais. Ou seja, o secretário retornou de bolsos vazios na expectativa do novo encontro interno do órgão, em abril.

O casarão, de 463,51 m², se encontra em boa parte descaracterizado por alterações em sua área interna e sob inserções de elementos arquitetônicos não condizentes, como lajes e marquises de concreto. A fachada principal, completamente degradada, era revestida por azulejos industrializados do século XIX e exibe vãos em forma de ogiva, típicos de edifícios neogóticos. O grave abandono do prédio, no ponto de maior circulação de turistas da cidade, além de sinalizar para o descaso do poder



DETERIORAÇÃO

Casarão dos azulejos azuis encontra-se descaracterizado e corre risco de desabar

Foto: Albenísio Fonseca



ABANDONO

Reportagem da Tribuna flagrou um furto de madeira do assoalho do casarão

público, constitui verdadeira tragédia anunciada.

O casarão passou a ser invadido por usuários de crack e vem sendo dilapidado à luz do dia, como flagrado ontem pela reportagem, com o roubo de janelas e assoalhos de madeira, utilizáveis, principalmente, para construção de embarcações. Um mero fósforo pode provocar um incêndio de graves proporções na edificação devido à madeira apodreci-

da. O prédio ao lado, conforme a Secult, abrigará o Arquivo Público Municipal, cujo prédio que ainda ocupa na Rua Chile foi vendido ao grupo Mazzafera junto a mais de uma centena de imóveis naquela que é tida como a primeira rua da cidade. A liberação de recursos para a reconstrução dessa edificação, na Praça Cayru, de acordo com Mendonça, também está em compasso de espera por

aprovação pelo Senado Federal. No ano passado, uma placa despençou do teto e feriu transeuntes. A obra pretendida está estimada em R\$ US\$ 10 milhões e já tem projeto elaborado ao custo de R\$ 800 mil pela Concremat Engenharia. Até o momento, tudo que é possível visualizar no interior dos casarões, através de portas arrombadas, é o acúmulo de madeiras despendadas dos tetos.

Áreas tombadas pelo Iphan viram estacionamentos

Outros prédios, também em ruínas, nos fundos das duas edificações pleiteadas pela Municipalidade para Arquivo e Museu, nas ruas Santos Dumont e Miguel Calmon, continuam, segundo o secretário de Cultura e Turismo, sob propriedade do grupo Hilton que cogitou a construção de um hotel de luxo no local. A tendência dos locais, no entanto, é de que todas virem estacionamentos. Há cerca de dois anos, o guardador de automóveis André Guimarães viu a exploração os "terrenos baldios" como áreas de estacionamento. Cobrava R\$ 1.100, mensais, por veículo. No local cabiam 24 car-

ros, mas ele optou por reservar espaço para apenas 15 a fim de garantir área de manobra. Tudo parecia ir dando certo, longe de qualquer intervenção de proprietários e do poder público. Em setembro ele ousou mandar limpar o terreno de um quarto casarão arruinado. E investiu pesado, pagou R\$ 14 mil, de duas vezes, para dispor de mais área. No último dia 30 de outubro, contudo, foi abordado por agentes da Sucom-Secretaria Municipal de Urbanismo, acionada por um segundo grupo que alega ser dono das edificações e que buscava a retomada da posse mas temia atos de resistên-

cia. "Tudo que pedi foi que me restituíssem o valor investido, mas não me deram nenhum retorno", disse Guimarães.

O local, agora, está limpo, muradas pintadas, portões de ferro e - a exemplo de outra área atrás do prédio do "futuro arquivo público" - vem ganhando estruturas como guaritas, visando a exploração de estacionamentos, sem qualquer placa de licença para a obra. Guimarães explorava o serviço com pagamento de aluguel a alguém que preferiu não mencionar. Segundo ele, "esse grupo que está se apossando dos locais também é em caráter de aluguel

junto aos que se dizem proprietários".

José de Jesus, porteiro do edifício Senador Dantas, na Rua Visconde do Rosário (atrás das ruínas), está há 10 anos trabalhando no local e confirmou que a exploração como estacionamentos começou há pouco mais de dois anos. Nerivaldo Magalhães, securitário, disse do "temor de transitar ou estacionar carro nessas vias, dada a possibilidade de desabamento, em forma de tragédia, na medida em que tudo vem caindo aos poucos dia após dia" e criticou o "descaso do poder público para com o patrimônio de Salvador".